



ALVARÁ PARA LICENCIAMENTO DE SERVIÇOS FLORESTAIS

ALSF nº 27 / 2024

Validade: 21/03/2025

A Secretaria de Município de Meio Ambiente (SMA) criada pela Lei nº 5.769, de 27 de junho de 2013; com respaldo na Lei Complementar 140/2011, na Resolução CONAMA 237/1997, na Resolução CONSEMA 372/2018 e alterações, no Termo de Cooperação de Delegação de Competência para o Licenciamento e Fiscalização Florestal nº 16 / 2018, firmado com a Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável / DBIO e com base nos autos do **Processo Administrativo nº 56 / 2024**, expede o presente Alvará para Licenciamento de Serviços Florestais que autoriza:

Requerente:

Razão Social: Secretaria de Município de Infraestrutura e Serviços Públicos
Município de Santa Maria
CNPJ: 88.488.366/0001-00
Email: smis@santamaria.rs.gov.br

A executar:

Manejo da arborização urbana, arboretos e árvores isoladas (supressão e/ou poda de árvores nativas e exóticas), conforme identificação a seguir:
CODRAM: 10440,20 - porte único, potencial poluidor baixo (Resolução CONSEMA nº 372 / 2018 e alterações)

Localização:

Logradouro: Rua Rio Pardo, S/N
Bairro: Dom Antonio Reis
Coordenadas geográficas (SIRGAS): -29.71929864757081, -53.80718276039778

Árvore nativa a ser suprimida:

Nome popular:	Nome científico:	Quantidade:	Volume (m³):
Ipê-Roxo	<i>Handroanthus heptaphyllus</i>	1	0,5

Condições e restrições a serem observadas:

- Somente o podador em sistema elétrico de potência deve ser designado para trabalhos próximos a redes elétricas, conforme estabelecido na NR 10 (Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, do Ministério do Trabalho e Emprego / MTE);
- A poda de galhos junto ou próximos a rede de distribuição de energia elétrica deverá ser executada pela RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.;
- Recomenda-se que, no planejamento e execução da supressão autorizada, a equipe responsável seja orientada / supervisionada por um profissional habilitado;
- Após o corte de árvore nativa, caso seja necessário o transporte das toras, dos galhos ou lenha originada deste corte, é necessário que esta madeira esteja acompanhada do Documento de Origem Florestal (DOF) da origem ao destino;
- As motosserras a serem utilizadas no manejo florestal anteriormente tipificado devem estar devidamente regularizadas junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA);
- O material lenhoso resultante da supressão não poderá ser queimado no local, também deverá ser dispostos de forma a prevenir que haja qualquer foco de incêndio;
- O material lenhoso resultante da supressão não poderá obstruir total ou parcialmente qualquer recurso hídrico;
- Deverá ser observado o destino da galharia, sendo de responsabilidade do proprietário a correta destinação da mesma para locais devidamente licenciados para seu recebimento;
- Deverá ser suspensa a supressão da árvore se porventura for constatada alguma forma de nidificação até o término do período de incubação desta(s) ave(s);
- Deverá ser suspensa a supressão da árvore se porventura for constatada a presença de colmeias de abelhas nativas (meliponíneos) ou exóticas. Tal fato deverá ser comunicado a SMA;
- Este ALSF deverá estar disponível no local do manejo florestal para fins de fiscalização;





- A condições e restrições anteriormente elencadas deverão ser respeitadas visto que o seu descumprimento poderá implicar nas sanções constantes na Lei Federal nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998 (Lei dos crimes ambientais).

Santa Maria/RS, 21 de março de 2024.

**SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE
MUNICÍPIO DE SANTA MARIA - RS**
Em conformidade com o Parecer Técnico 218/2024
Analista Diego Dambrós Londero - Eng. Agrônomo
Autenticidade: V698477789Z15

